

CONCEITO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO FAMILIAR¹

Oliveira, Adriane Silva de Abreu – adrianeabreu_24@hotmail.com²

Abreu, Cristiana Silva de – crisdex_spz@hotmail.com³

Finotto, Éder Fernando Gonzalez – eder.finotto@hotmail.com⁴

Brauna, Mayara Priscila – mpbrauna@gmail.com⁵

Oliveira, Neuzenir Silva de Abreu – neuzenir_abreu@hotmail.com⁶

Lopes, Rafael de Abreu – rafaelabreu_lopes17@hotmail.com⁷

Oliveira, Santino de – santinogeo@hotmail.com⁸

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância do conceito histórico da educação no contexto familiar visando a relação família e escola, onde destaca-se a contribuição de cada um na vida escolar dos alunos. Serão abordados os aspectos referentes ao desenvolvimento e a aprendizagem da criança e qual o papel da escola em oportunizar e contribuir para que a presença familiar nas atividades referentes ao contexto escolar seja realmente eficaz e facilitadora da trajetória educativa das crianças. A escola e a família desempenham papel de grande importância na formação social do indivíduo, tendo responsabilidade na construção da pessoa humana em seus âmbitos espacial, temporal e sociocultural. Por não ter uma visão positiva do universo escolar, muitos pais deixam de ser participantes da vida escolar de seus filhos, dessa forma a falta de apoio pode se transformar num entrave no próprio desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. A importância destas reflexões que possibilitem ao professor instrumentos para que o mesmo busque uma conscientização maior dos pais, na vida escolar de seus filhos.

Palavras-chave: Família, Educação, Escola.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos a educação vem travando uma grande luta, entre a escola e a família na formação acadêmica dos educandos, pois sempre houver a necessidade de aproximar a família da escola.

De acordo com Bach (2014. P 85) “Educação é o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento”, educação é a forma nominalizada do verbo educar. Nesse sentido, etimologicamente, pode-se afirmar que educação, do verbo educar, significa “trazer à luz a ideia” ou, filosoficamente, fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade. Noutro giro, o vocábulo instrução se prende ao verbo instruir que tem sua gênese, conforme a maioria dos verbos da língua portuguesa, da língua latina.

Destarte, a educação tem como finalidade instruir, fazer discípulo, ou seja, aquele que estende, leva ou espalha a mensagem do seu mestre às futuras gerações, considerando os

termos acima elencados conclui-se que na antiguidade os primeiros discípulos ou estudantes eram os filhos, os mestres eram os pais e as mães.

Não obstante, a educação era fortemente influenciada pelos dogmas religiosos e acompanhada com uma rígida disciplina, na qual os pais forçavam os filhos a sentarem a sua volta ou até mesmo, andando pela casa, os ensinavam com todo o rigor os mínimos detalhes de sua educação, assim como esclarece a Bíblia, Deuteronômio, (cap.6, vers.6-7 p.300).

Que todas estas palavras que hoje lhe ordeno estejam em seu coração. Ensine-as com persistência a seus filhos. Converse sobre elas quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar.

Por isso, no imaginário dos povos da antiguidade a educação era uma mensagem na qual os filhos deveriam memorizar de tal modo que, quando atingissem a fase adulta, eles não poderiam desviar dos ensinamentos dos seus pais. Portanto, eram recomendações que deveriam levar para toda a vida, assim define a Bíblia, Provérbios (cap.22, vers.6 p, 952). “Instrua a criança segundo os objetivos que você tem para ela, e mesmo com o passar dos anos não se desviará deles”.

¹Recorte teórico do Primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Programa de Formação de Pesquisadores em Educação - 2020.

²Graduada em Pedagogia na UNOPAR – Universidade Norte do Paraná.

³Graduada em Pedagogia na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁴Graduado em Pedagogia na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁵Graduada em Pedagogia na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁶Graduada em Pedagogia na Ulbra – Universidade Luterana do Brasil.

⁷Graduando em Matemática na UNOPAR – Universidade Norte do Paraná.

⁸Graduado em Geografia na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso.

1. A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO MEDIEVAL

Evocando o período equivalente a antiguidade e os tempos bíblicos, quando a sociedade era, predominantemente, marcada por um sistema social patriarcal passando para a idade média. Neste interregno, nota-se que a sociedade desenvolve uma nova consciência em relação a educação.

Nesse contexto, o ensino e a educação assumem novas formas e características, a família já não é a única a ensinar; a igreja também passa a ser a extensão da família no processo de aprendizagem. No entanto, os ensinamentos eram exclusivamente ministrados em mosteiros, como é evidenciado por Piletti et al. (2007, p. 85):

Os mosteiros eram os principais centros de educação no início da Alta Idade Média e eram também centros de editoração para a multiplicação de material religioso-didático. Com relação à educação das mulheres, desde o século VI eram aceitas meninas de 6 e 7 anos de idade nos mosteiros para receberem educação religiosa e dedicarem-se exclusivamente à obra de Deus.

Sendo assim, na idade média, a educação era assumida e administrada pela igreja católica, sendo esta detentora do conhecimento. Os padres eram os transmissores do saber e, com isso, as escolas eram, portanto, anexadas às catedrais.

Isto posto, tem-se como conseqüência, no latim, a expressão “*cathedra*”, que, por seu turno, possui sua gênese em um vocábulo grego que significa “assento” ou “cadeira”, a cátedra é a disciplina ou a cadeira. Logo, quem ensina é o catedrático, um professor que tenha um copioso cabedal e determinados requisitos para partilhar muitos conhecimentos, conquistados para a execução da nobre missão de desempenhar a docência.

No entanto, isso fez com que a educação fosse muito influenciada por questões morais e mediadas pela fé, o que teve como corolário a abertura do espaço para o estudo das ciências, técnicas e habilidades.

Em vista disso, a família tinha visibilidade de insignificância sem qualquer função efetiva, sua missão principal era a mera conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua, entre homem e mulher, nos casos de crise, a proteção da honra e da vida.

Sendo assim, considerando o pensamento de Ariès (1978) que reforça o argumento que dominava na idade média, tanto as mulheres quanto as crianças eram consideradas párias da sociedade, isto é, não mereciam nenhum tipo de tratamento diferenciado, sendo inclusive a duração da infância ínfima.

Por volta do século XII era provável que não houvesse lugar para a infância, uma vez que a arte medieval a desconhecia. Ariès (1978 p. 99) declara que o “sentimento pela infância, como nós conhecemos, em um período da história, não existia”. Nessa acepção, a sociedade não levava em consideração as fases do desenvolvimento das crianças, elas eram vistas como seres produtivos que poderiam se cuidar sozinhas. Dessa forma, na idade média, as crianças eram consideradas como se fossem um adulto em miniatura.

1.2 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA IDADE MODERNA

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, que é reconhecido pelos historiadores a partir do século XVI, surgiu na Europa um movimento chamado Iluminismo ou

Humanismo, esse movimento como salienta Aranha (2006, p.124) “foi antes uma recusa aos valores medievais”. Neste período associa-se às transformações econômicas e sociais a ascensão da burguesia.

Neste período, exurgem movimentos que traziam em sua alocução duras diatribes à religião e, além disso, defendiam uma educação mais democrática com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Assim, impende gizar, por exemplo, que a Reforma Protestante, um movimento que além de protestar contra os valores da igreja católica, trazia em sua retórica a defesa de uma educação para todos.

Consoante Aranha (2006, p.132), Juan Luiz Vives escreveu um tratado “sobre educação inclusive para mulheres”. No mesmo sentido, Aranha (2006, p.132) pontua que Erasmo de Rotterdam foi um dos principais expoentes do novo pensamento renascentista, que criticou severamente a igreja. Nessa senda, Erasmo defendia o respeito e o amadurecimento das crianças e, por isso, criticava a educação vigente, excessivamente severa.

Neste mesmo viés de pensamento, Aranha (2006, p.133) diz que François Rabelais advogava assim, “educação uma ética de acordo com as exigências da natureza e da vida, por isso mesmo devia-se aprender com alegria, porque o riso é próprio do homem”.

Ainda, Aranha (2006, p. 156) argumenta que John Locke se escudava a uma educação “tríplice, físico, moral e intelectual, cuja educação teria de ser ausente de castigo físico, em que o educador nada deve impor, isto é, uma educação alegre”.

1.3 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

No período da Revolução Industrial, a educação não atendia a profusão de demanda da mão de obra vigente, a sociedade encontrava-se em processo de evolução das tecnologias e necessitava de certos conhecimentos qualificados.

Destarte, foi neste contexto que a educação foi levada aos mais pobres, vale lembrar que mesmo a educação alcançando aos menos favorecidos, não significava que era uma educação igualitária e de qualidade.

Com efeito, houve uma educação para os burgueses industriais e uma educação para os proletariados, que teve como função atender o mercado de trabalho vigente, impondo uma educação mecanicista de produção como menciona Behrens (2003, p. 51):

A forte interferência do positivismo e a cisão entre sujeito e objeto provocam uma educação fragmentada e mecanicista. Ao separar

corpo e mente, a ciência transfere para a educação e, por consequência, para o ensino um sistema fechado, compartimentalizado e dividido. A ênfase da prática educativa recai na técnica pela técnica. Busca lançar mão de manuais para organizar o processo ensino-aprendizagem. Os planos e planejamentos característicos da abordagem tecnicista têm como pressuposto essencial a busca de um comportamento responsivo. O advento da revolução industrial exige do ensino uma abordagem técnica, mas a ênfase do ensino continua na reprodução do conhecimento.

Entretanto, percebe-se que a educação, neste contexto histórico da Revolução Industrial, serviu como instrumento para adestrar obreiros e para produzir mercadorias. A educação, neste momento, era desprovida de humanismo e desconsiderava qualquer conhecimento que os indivíduos traziam de suas casas.

Por sua vez, o Brasil, no começo do século XX, foi fortemente influenciado por essas ideias.

À época, o Brasil já alcançava a segunda Revolução Industrial e todas as ideias pedagógicas e planejamentos eram em função de uma educação enciclopedista, mecanicista e tradicional, cujo catedrático era o detentor do saber na qual não se consideravam os conhecimentos prévios dos alunos, como ressalta Behrens (2003, p.52).

O professor tecnicista caracteriza sua prática pedagógica pela transmissão e reprodução do conhecimento. Utiliza sistemas instrucionais para tornar sua ação educativa eficiente e eficaz. [...] Converte sua prática numa busca incessante dos comportamentos desejados. Utiliza para isso o condicionamento arbitrário (premiações, elogios, notas, etc.). A influência da teoria do reforço de Skinner permite programar o ensino, prever o comportamento desejável e o produto final. Como planejador, o professor torna-se um engenheiro comportamental.

1.4 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO

É importante salientar que a partir de (1920) surgiram movimentos em prol de uma educação isonômica e democrática, chamado a época de Escola Nova. Aranha (2006, p.302) enfatiza que: “a época o Brasil era um campo fértil à discussão em relação à educação e à pedagogia, de um lado os conservadores e do outro os liberais democratas”.

Por conseguinte, os conservadores defendiam uma educação tradicional influenciada fortemente pela pedagogia jesuíta e, por seu turno, os liberais democráticos que defendiam uma escola democrática e um ensino igualitário como também uma reforma no sistema educacional.

Não obstante este jogo político, os liberais democráticos acabaram ganhando, e, a partir de então, foram introduzidas ideias mais flexíveis ao sistema educacional. Com isso, a autonomia das escolas, em conjunto com a participação da família e da sociedade, tornou-se mais valorizada.

Porém, a participação da família e da sociedade não foi plenamente reconhecida nesta reforma, visto que a educação, em seu formato, era um tanto autoritária e atendia as aspirações do mercado.

Pois, consoante Aranha (2006, p. 310) a “educação ministrada a época sempre favoreceu os mais privilegiados”.

A Constituição Federal de (1988), considerada a Carta Cidadã, foi introduzida com o artigo 205 versando sobre o direito subjetivo que a família, Estado e sociedade teriam a obrigatoriedade na participação e envolvimento na educação de todos.

É o que se depreende do excerto do artigo 205 da Constituição Federal *in verbis*:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Mediante o exposto, pode-se inferir que a partir da Constituição de (1988) a educação, com a força da lei, introduz a ideia do binômio família e sociedade com o dever fundamental na participação e no envolvimento na vida acadêmica dos filhos.

Portanto, com a mesma consciência reforça o Estatuto da Criança e do Adolescente no Artigo 53, nestes termos: “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Desse modo, para que haja uma educação de qualidade, com objetivos específicos tais como: desenvolvimento humano e qualificação para trabalho precisa-se da colaboração e envolvimento da família, escola e sociedade.

Neste mesmo viés de pensamento, surgiu uma miríade de teóricos da educação sustentando que, indubitavelmente, a família é o elemento fulcral com um papel decisivo e essencial no processo de ensino e aprendizagem dos educandos, é o que destaca Chinoy (2008, p.223) no seguinte excerto: “A família tem como função social transmitir a criança normas e condutas, valores e crenças, requisitos da reprodução humana para a manutenção e continuidade da vida humana na terra”.

Tendo em vista, que a família tem uma função social de transmitir à criança as normas da sociedade os valores e crenças, ou seja, a família produz e reproduz cultura através das gerações ascendentes. Porém, a responsabilidade no processo de ensino e aprendizagem não deve ficar apenas na incumbência da família, a escola deve ser uma grande parceira e incentivadora da família nessa nobre missão.

Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais, (2000, p. 59) expõem em sua filosofia a missão da escola *in verbis*:

A escola contribuem para a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre os homens e mulheres, enfim ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência (BRASIL, PCN's, 2000).

Mediante o exposto, pode-se inferir que a escola tem o dever primordial de contribuir para o desenvolvimento humano e social dos alunos de tal modo que sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Conforme os ensinamentos do mestre Paulo Freire (1997, p.32), a escola contribui para a autonomia, “liberta das estruturas opressoras”.

Sendo assim, a sociedade também tem a sua contribuição no desenvolvimento intelectual dos indivíduos, isto é, no plano econômico-social, nos processos de mudanças tecnológicas, na divisão do trabalho na produção e na reprodução da força de trabalho e nos processos educativos ou de formação humana, são essas as instruções de Mészáros (1981, p.260)

Além da reprodução, numa escala ampliada, das múltiplas habilidades se nas quais a atividade produtiva não poderia ser realizada, o complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores dentro da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção capitalistas não se perpetuam automaticamente.

Em síntese, considerando todo o contexto histórico da educação e evolução do pensamento educacional e pedagógico depreende-se que foram se ampliando e introduzindo novos arranjos, isto é, se adaptando em cada espaço e época, a educação, em sua evolução, serviu à família, à igreja, ao mercado de trabalho e, até mesmo, serviu como um instrumento de

dominação.

CONCLUSÃO

É notório que a educação evoluiu até chegar aos nossos dias, permeando a sociedade como um instrumento de conscientização, e para existir, e ser um instrumento de plena eficiência de libertação. Ademais, todos devem trabalhar com o escopo de perfazer aliança com escola de modo a insuflar a capacidade afetiva da família visando a lapidar e entusiasmar o processo de ensino e aprendizagem na vida acadêmica dos filhos.

É evidente que o envolvimento da família no processo educacional da criança melhora a imagem da escola e o seu vínculo com a comunidade. Tal envolvimento significa uma educação de sucesso apoiada no binômio escola-família, já que não se aprende só na escola. Nesta, aprende-se a aprender, mas para aprender o indivíduo deverá ser estimulado por um meio ambiente favorável, sendo que é na família que os alunos adquirem os modelos de comportamentos que exteriorizam na sala de aula.

É necessário que a família e a escola encarem responsabilmente como parceiros da caminhada, pois, ambas são responsáveis pelo que produz podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra. Família e escola precisam criar, através da educação, uma força para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando. A relação escola-família cria compromissos, tece redes de inter-relações, reproduz laços éticos dando novos significados e abrindo horizontes para uma formação de prática pedagógica. Assim compreende-se que o diálogo entre a escola e a família seja capaz de possibilitar a troca de ideias entre as mesmas; em nenhuma instancia compete a escola julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece; o objetivo da escola é oportunizar e abrir espaços para que valores sejam adquiridos e trabalhar o respeito e as diferenças expressas pela família, proporcionando e garantindo a integridade básica do aluno e da família.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a. ed.. São Paulo: Moderna, 2006.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BACH, Angelis Teresinha Rutcoski. **Laboratório de arte e fotografia**.2014.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2003.

BÍBLIA SAGRADA. **Tradução João Ferreira de Almeida**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22/09/2020.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (**Ensino Médio**) **Parte I Bases Legais**, Parte II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Parte III- Ciências da Natureza. Matemática e suas Tecnologias, Parte IV-Ciências Humanas e suas Tecnologias, 2000.

CHINOY, Ely. Sociedade: **uma introdução à sociologia**. 20. ed São Paulo: Pensamento-cultrix, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2007.